



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

DECRETO MUNICIPAL 027 / 2026 DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre princípios, as regras e os instrumentos para o governo digital e para a otimização da eficiência pública no âmbito do município de ALVARENGA (MG) e incorpora os comandos da Lei Federal 14.129 de 29 de março de 2021 à Legislação municipal e ao funcionamento do governo local.

O sr. Prefeito do Município de Alvarenga, no exercício das suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento em especial no que dispõem o art. 29, *caput* da Constituição Federal e art. 66, II e VI da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da Administração Pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão, previstos na Lei Fed. 14.129 de 29 / março / 2021, sob a observância da Lei Fed. 13.709/2018, proteção de dados;

EDITA o presente regulamento sobre os princípios, regras e instrumentos para efeito da implementação do governo digital e para o aumento da eficiência pública no âmbito do município de ALVARENGA (MG) e incorpora os comandos da Lei Federal 14.129 de 29 / março / 2021 à dinâmica do funcionamento da Administração Municipal.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam adotados os princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da Administração Pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão, que são previstos na Lei Federal 14.129, de 29 de março de 2021, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Município de ALVARENGA/MG.

Parágrafo único. Na aplicação deste Decreto deverá ser observado o disposto nas Leis Federais nº 14.129, de 29 de março de 2021, 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), 13.460, de 26 de junho de 2017, 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e na Lei Complementar 105, de 10/Janeiro/2001.

Art. 2º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

- I. A desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

- II. A disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e, sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;
- III. A possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;
- IV. A transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;
- V. O incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;
- VI. O dever do gestor público de prestar contas diretamente a população sobre a gestão dos recursos públicos;
- VII. O uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão;
- VIII. O uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da Administração Pública;
- IX. A atuação integrada entre os órgãos e às entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro quando for indispensável para a prestação do serviço;
- X. A simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço;
- XI. A eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;
- XII. A imposição imediata e de uma única vez ao interessado das exigências necessárias à prestação dos serviços públicos, justificada exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente;
- XIII. A vedação de exigência de prova de fato já comprovada pela apresentação de documento ou de informação válida;
- XIV. A interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;
- XV. A presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos;
- XVI. A permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço;
- XVII. A proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- XVIII. O cumprimento de compromissos e de padrões de qualidade divulgados na Carta de Serviços ao Usuário;
- XIX. A acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- XX. O estímulo a ações educativas para qualificação dos servidores públicos para o uso das tecnologias digitais e para a inclusão digital da população;
- XXI. O estímulo ao uso das assinaturas eletrônicas nas interações e nas comunicações entre órgãos públicos e entre estes e os cidadãos;
- XXII. A implantação do governo como plataforma e a promoção do uso de dados, preferencialmente anonimizados, por pessoas físicas e jurídicas de diferentes setores da sociedade, resguardado o disposto nos art. 7º e 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com vistas, especialmente, a formulação de políticas públicas, de pesquisas científicas, geração de negócios e controle social;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

☎ (33) 4042-9880 ☎ (33) 9 9810-7928

- XXIII. O tratamento adequado a idosos, nos termos da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- XXIV. A adoção preferencial, no uso da internet e de suas aplicadas, de tecnologias, de padrões e de formatos abertos e livres, conforme disposto no inciso V do caput do art. 24 e no art. 25 da Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); e
- XXV. A promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação no setor público.

Art. 3º Para os fins deste decreto considera-se:

- I. Autosserviço: acesso pelo cidadão a serviço público prestado por meio digital, sem necessidade de mediação humana;
- II. Base municipal de serviços públicos: base de dados que contém as informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos de todos os prestadores desses serviços;
- III. Dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica;
- IV. Dado acessível ao público: qualquer dado gerado e acumulado pelos entes públicos que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação);
- V. Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto a sua utilização;
- VI. Governo plataforma: infraestrutura tecnológica que facilite o uso de dados de acesso público e promova a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo a inovação, a exploração de atividade econômica e a prestação de serviços à população;
- VII. Laboratório de inovação: espaço aberto a participação e a colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública;
- VIII. Plataformas de governo digital: ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas;
- IX. Registros de referência: informação íntegra e precisa oriunda de uma ou mais fontes de dados, centralizadas ou descentralizadas, sobre elementos fundamentais para a prestação de serviços e para a gestão de políticas públicas; e
- X. Transparência ativa: disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações.

Parágrafo único. Aplicam-se a este decreto os conceitos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

☎ (33) 4042-9880 ☎ (33) 9 9810-7928

CAPÍTULO II DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção I Governo Digital

Art. 4º O Governo Digital por meio de soluções digitais deve promover a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade incentivando transparência na execução dos serviços públicos e a participação social no controle e fiscalização da administração pública.

Art. 5º A prestação digital dos serviços da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo deverá promover acesso à população, inclusive aquela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.

Parágrafo único. O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço.

Art. 6º A Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo editará estratégia de governo digital, buscando a sua compatibilização com os demais institutos e regulamentos que sejam relacionados à espécie.

Seção II Da Definição

Art. 7º São componentes essenciais para a prestação digital dos serviços públicos na Administração Pública:

- I. A Base Nacional, Estadual e Municipal de Serviços Públicos;
- II. As Cartas de Serviços ao Usuário, de que trata a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;
- III. As plataformas de Governo Digital.

Seção III Das Plataformas de Governo Digital

Art. 8º As Plataformas de Governo Digital, instrumentos necessários para a oferta e a prestação digital dos serviços públicos no âmbito do Município de Alvarenga/MG, deverão ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- I. Ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos; e
- II. Painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§1º As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

44



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

§2º As funcionalidades de que trata o caput deste artigo deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

Art. 9º A ferramenta digital de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos de que trata o inciso I do caput do art. 17 deste Decreto deve apresentar, no mínimo, as seguintes características e funcionalidades:

- I. Identificação do serviço público e de suas principais etapas;
- II. Solicitação digital do serviço;
- III. Agendamento digital, quando couber;
- IV. Acompanhamento das solicitações por etapas;
- V. Avaliação continuada da satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados;
- VI. Identificação, quando necessária, e gestão do perfil pelo usuário;
- VII. Notificação do usuário;
- VIII. Possibilidade de pagamento digital de serviços públicos e de outras cobranças, quando necessário; nível de segurança compatível com o grau de exigência, a natureza e a criticidade dos serviços públicos e dos dados utilizados;
- IX. Funcionalidade para solicitar acesso a informações acerca do tratamento de dados pessoais, nos termos das Leis Federais nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e
- X. Implementação de sistema de ouvidoria, nos termos da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Seção IV Das Redes de Conhecimento

Art. 10. O Poder Executivo municipal poderá criar redes de conhecimento, com o objetivo de:

- I. Gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências;
- II. Formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais;
- III. Discutir sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de ação quanto ao Governo Digital e a eficiência pública;
- IV. Prospectar novas tecnologias para facilitar a prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital, o fornecimento de informações e a participação social por meios digitais.

Parágrafo único. Poderão participar das redes de conhecimento todos os órgãos e as entidades referidos no art. 2º deste decreto

Seção V Da Prestação Digital dos Serviços Públicos

Art. 11. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas competências, realizar e manter atualizadas as informações e comunicações de interesse público de forma permanente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

Art. 12. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão no âmbito de suas competências:

- I. Manter atualizadas:
 - a) as Cartas de Serviços ao Usuário, as Bases Municipal, Estadual e Nacional de Serviços públicos e as Plataformas de Governo Digital;
 - b) As informações institucionais e as comunicações a de interesse público;
- II. Monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
- III. Integrar os serviços públicos as ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;
- IV. Eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, as exigências desnecessárias ao usuário quanto a apresentação de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;
- V. Eliminar a replicação de registros de dados, exceto por razões de desempenho ou de segurança;
- VI. Tornar os dados da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade interoperáveis para composição dos indicadores do painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos;
- VII. Realizar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital; e
- VIII. Realizar testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados

Art. 13. As Plataformas de Governo Digital devem dispor de ferramentas de transparência e de controle do tratamento de dados pessoais que sejam claras e facilmente acessíveis e que permitam ao cidadão o exercício dos direitos previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Parágrafo único. As ferramentas previstas no caput deste artigo devem:

- I. Disponibilizar, entre outras, as fontes dos dados pessoais, a finalidade específica do seu tratamento pelo respectivo órgão ou ente e a indicação de outros órgãos ou entes com os quais é realizado o uso compartilhado de dados pessoais, incluído o histórico de acesso ou uso compartilhado, ressalvados os casos previstos no inciso III do caput do art. 4º da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- II. Permitir que o cidadão efetue requisições ao órgão ou a entidade controladora dos seus dados, especialmente aquelas previstas no art. 18 da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 14. Presume-se a autenticidade de documentos apresentados por usuários dos serviços públicos ofertados por meios digitais, desde que o envio seja assinado eletronicamente.

Seção VI Dos Direitos e Responsabilidades dos Usuários

44



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

Art. 15. Os direitos e as garantias dos usuários estão garantidos pela Lei Federal nº 14.129, de 2021, pela Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e pela Lei Federal nº 13.709, de 2018, notadamente:

- I. Gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;
- II. Atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário;
- III. Padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;
- IV. Recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e
- V. Indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

Art. 16. Os usuários são responsáveis:

- I- Pela guarda, pelo sigilo e pela utilização de suas credenciais de acesso, de seus dispositivos e dos sistemas que provêm dos meios de autenticação e de assinatura;
- II- Por informar ao ente público possíveis usos ou tentativas de uso indevidos.

Art. 17. Em caso de suspeição de uso indevido das assinaturas eletrônicas de que trata este decreto, a Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo poderá suspender os meios de acesso das assinaturas eletrônicas possivelmente comprometidas, de forma individual ou coletiva.

CAPÍTULO III

DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – GOVERNO DIGITAL

Seção I Da Digitalização

Art. 18. A Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos sempre que possível.

Parágrafo único. Os documentos e os atos processuais serão válidos em meio digital mediante o uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados os parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados para os níveis de risco em relação à criticidade da decisão, da informação ou do serviço específico.

Art. 19. Os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo sistema informatizado de gestão de processo administrativo eletrônico do órgão ou da entidade, o qual deverá fornecer recibo eletrônico de protocolo que os identifique.

LA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

§ 1º – Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as 23h59min do último dia do prazo, no horário de Brasília.

§ 2º – Na eventualidade de indisponibilidade de sistemas informatizados que possa comprometer a observância dos prazos estabelecidos, fica autorizada a prorrogação desses prazos mediante apresentação de justificativa pelo respectivo órgão, secretaria ou setor responsável. A concessão dessa prorrogação está sujeita ao estrito cumprimento das seguintes diretrizes:

- I- órgão, secretaria ou setor responsável deve comunicar de maneira imediata e transparente a ocorrência da indisponibilidade, detalhando as medidas adotadas para o restabelecimento dos sistemas.
- II- A justificativa apresentada deve incluir a comprovação da efetiva impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, assegurando-se de que a indisponibilidade tenha impacto direto sobre a execução das tarefas programadas.
- III- A prorrogação dos prazos deve estar alinhada com o propósito de garantir a continuidade dos serviços digitais, mantendo, ao mesmo tempo, os princípios de celeridade e eficiência no âmbito do governo digital. Essa medida visa assegurar a integridade dos processos e a entrega de serviços de qualidade, mesmo diante de circunstâncias imprevistas.

Seção II Das Assinaturas Eletrônicas

Art. 20. O uso de assinatura eletrônicas na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo observará os níveis e classificações estabelecidas pela Lei Federal nº 14.063, de 2020 e pela Lei Estadual nº 24.030, de 2021.

§ 1º A autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá estabelecer, por meio de regulamento, o uso de assinatura eletrônica em nível superior ao mínimo exigido pela Lei Estadual nº 24.030, de 2021, caso as especificidades da interação eletrônica em questão o exijam.

§ 2º – A exigência de níveis mínimos de assinatura eletrônica não poderá ser invocada como fundamento para a não aceitação de assinaturas realizadas presencialmente ou derivadas de procedimentos presenciais para a identificação do interessado.

§ 3º – Presume-se a autenticidade de documentos apresentados por usuários dos serviços públicos ofertados por meios digitais, desde que o envio seja assinado eletronicamente.

Seção III Do fornecimento dos Meios de Acesso

Art. 21. A Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo adotará mecanismos para prover aos usuários a capacidade de utilizar assinaturas eletrônicas para as interações com entes públicos, observando os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 14.129, de 2021, e pela Lei nº 24.030, de 2021.

41A



CAPÍTULO IV

DO NÚMERO SUFICIENTE PARA IDENTIFICAÇÃO

Art. 22. Fica estabelecido o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como número suficiente para identificação do cidadão ou da pessoa jurídica, conforme o caso, nos bancos de dados de serviços públicos, garantida a gratuidade da inscrição e das alterações nesses cadastros.

§1º O número de inscrição no CPF deverá constar dos cadastros e dos documentos de órgãos públicos, do registro civil de pessoas naturais, dos documentos de identificação de conselhos profissionais e, especialmente, dos seguintes cadastros e documentos:

- I. Certidão de nascimento;
- II. Certidão de casamento;
- III. Certidão de óbito;
- IV. Documento Nacional de Identificação (DNI);
- V. Número de Identificação do Trabalhador (NIT);
- VI. Registro no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);
- VII. Cartão Nacional de Saúde;
- VIII. Título de eleitor; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- IX. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Permissão para Dirigir;
- X. Certificado militar;
- XI. Carteira profissional expedida pelos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada;
- XII. Passaporte;
- XIII. Carteiras de identidade de que trata a Lei Federal nº 7.116, de 29 de agosto de 1983; e
- XIV. Outros certificados de registro e números de inscrição existentes em bases de dados públicas federais, estaduais, distritais e municipais.

§2º – Os sistemas de informação já existentes que utilizam outra forma de identificação de pessoas físicas ou jurídicas não precisam realizar a alteração para o CPF e CNPJ, cabendo avaliar o custo benefício para essa adaptação

Art. 23. Para fins de acesso a informações e serviços, de exercício de direitos e obrigações ou de obtenção de benefícios, perante os órgãos e as entidades estaduais ou os serviços públicos delegados, a apresentação de documento de identificação com fé pública em que conste o número de inscrição no CPF será suficiente para identificação do cidadão, dispensada a apresentação de qualquer outro documento.

§ 1º Os cadastros, os formulários, os sistemas e outros instrumentos exigidos dos usuários para a prestação de serviço público deverão disponibilizar campo para registro do número de inscrição no CPF, de preenchimento obrigatório para cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, que será suficiente para sua identificação, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro número para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

§ 2º O número de inscrição no CPF poderá ser declarado pelo usuário do serviço público, desde que acompanhado de documento de identificação com fé pública, nos termos da lei.

§ 3º Ato de cada órgão ou entidade poderá dispor sobre casos excepcionais ao previsto no caput deste artigo.

CAPÍTULO V

DO GOVERNO COMO PLATAFORMA

Seção I Da abertura dos Dados

Art. 24. Os dados disponibilizados pelos prestadores de serviços públicos, bem como qualquer informação de transparência ativa, são de livre utilização pela sociedade, observados os princípios dispostos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Parágrafo Único. Na promoção da transparência ativa de dados, o poder público deverá observar os seguintes requisitos:

- I. Observância da publicidade das bases de dados não pessoais como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II. Garantia de acesso irrestrito aos dados, os quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto, respeitadas as Leis Federais nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- III. Descrição das bases de dados com informação suficiente sobre estrutura e semântica dos dados, inclusive quanto a sua qualidade e a sua integridade;
- IV. Permissão irrestrita de uso de bases de dados publicadas em formato aberto;
- V. Completude de bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada;
- VI. Atualização periódica, mantido o histórico, de forma a garantir a perenidade de dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados a sociedade e a atender as necessidades de seus usuários;
- VII. Respeito a privacidade dos dados pessoais e dos dados sensíveis, sem prejuízo dos demais requisitos elencados, conforme a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- VIII. Intercambio de dados entre órgãos e entidades dos diferentes Poderes e esferas da Federação, respeitado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e
- IX. Fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e a melhor oferta de serviços públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

Art. 25. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de abertura de bases de dados da Administração Pública, que deverá conter os dados de contato do requerente e a especificação da base de dados requerida.

§1º O requerente poderá solicitar a preservação de sua identidade quando entender que sua identificação prejudicará o princípio da impessoalidade, caso em que o canal responsável deverá resguardar os dados sem repassá-los ao setor, ao órgão ou a entidade responsável pela resposta.

§2º Os procedimentos e os prazos previstos para o processamento de pedidos de acesso à informação, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), aplicam-se às solicitações de abertura de bases de dados da administração pública.

§3º Para a abertura de base de dados de interesse público, as informações para identificação do requerente não podem conter exigências que inviabilizam o exercício de seu direito.

§4º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de abertura de base de dados públicos.

§5º Os pedidos de abertura de base de dados públicos, bem como as respectivas respostas, deverão compor base de dados aberta de livre consulta.

§6º Consideram-se automaticamente passíveis de abertura as bases de dados que não contenham informações protegidas por lei.

Art. 26. Compete ao Poder Executivo Municipal monitorar a aplicação, o cumprimento dos prazos e os procedimentos para abertura dos dados sob seu controle.

Parágrafo único. Eventuais inconsistências existentes na base de dados abertas deverão ser informadas e, se possível, detalhadas no arquivo gerado com os dados.

Art. 27. A solicitação de abertura da base de dados será considerada atendida a partir da notificação ao requerente sobre a disponibilização e a catalogação da base de dados para acesso público no site oficial do órgão ou da entidade na internet.

Art. 28. É direito de o Requerente obter o inteiro teor da decisão negativa de abertura de base de dados.

Parágrafo único. Eventual decisão negativa a solicitação de abertura de base de dados ou decisão de prorrogação de prazo, em razão de custos desproporcionais ou não previstos pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública, deverá ser acompanhada da devida análise técnica que conclua pela inviabilidade orçamentária da solicitação.

Art. 29. Os órgãos gestores de dados poderão disponibilizar em transparência ativa dados de pessoas físicas e jurídicas para fins de pesquisa acadêmica e de monitoramento e de avaliação de políticas públicas, desde que anonimizados antes de sua disponibilização os dados protegidos por sigilo ou com restrição de acesso prevista, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação).

Art. 30. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.





Seção II Da Interoperabilidade de Dados entre Órgãos Públicos

Art. 31. Será instituído mecanismo de interoperabilidade com a finalidade de:

- I. Aprimorar a gestão de políticas públicas;
- II. Aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes;
- III. Viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;
- IV. Facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo; realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal nº 13.444, de 11 de maio de 2017 (Identificação Civil Nacional).

Parágrafo único. Aplicam-se aos dados pessoais tratados por meio de mecanismos de interoperabilidade as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 32. O compartilhamento de dados entre os órgãos e as entidades, resultado dos mecanismos de interoperabilidade, é categorizado em três níveis, de acordo com sua confidencialidade:

- I. Compartilhamento amplo, quando se tratar de dados públicos que não estão sujeitos a nenhuma restrição de acesso, cuja divulgação deve ser pública e garantida a qualquer interessado, na forma da legislação;
- II. Compartilhamento restrito, quando se tratar de dados protegidos por sigilo, nos termos da legislação, com concessão de acesso a todos os órgãos e entidades para a execução de políticas públicas;
- III. Compartilhamento específico, quando se tratar de dados protegidos por sigilo, nos termos da legislação, com concessão de acesso a órgãos e entidades específicos, nas hipóteses e para os fins previstos em lei, cujo compartilhamento e regras sejam definidos pelo gestor de dados.

Art. 33. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 13.709/2018, deverão gerir suas ferramentas digitais, considerando:

- I. A interoperabilidade de informações e de dados sob gestão dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º deste decreto, respeitados as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e das comunicações, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;
- II. A otimização dos custos de acesso a dados e o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos e entidades;
- III. A proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

Art. 34. O compartilhamento amplo de dados dispensa autorização prévia pelo gestor de dados e será realizado pelos canais existentes para dados abertos e para transparência ativa, na forma da legislação.

§ 1º – Na hipótese de o dado de compartilhamento amplo de que trata o inciso I do art. 31 não estar disponível em formato aberto, o solicitante de dados poderá requerer sua abertura junto ao gestor de dados.

§ 2º – Na hipótese prevista no § 1º, o gestor de dados poderá condicionar a abertura de dados nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 35. Os órgãos abrangidos por esta Lei serão responsáveis pela publicidade de seus registros de referenda e pelos mecanismos de interoperabilidade de que trata esta Seção.

§1º As pessoas físicas e jurídicas poderão verificar a exatidão, a correção e a completude de qualquer um dos seus dados contidos nos registros de referência, bem como monitorar o acesso a esses dados.

§2º Nova base de dados somente poderá ser criada quando forem esgotadas as possibilidades de utilização dos registros de referência existentes

Art. 36. É de responsabilidade dos órgãos e das entidades referidos neste Decreto os custos de adaptação de seus sistemas e de suas bases de dados para a implementação da interoperabilidade.

Seção III Da Base Municipal de Governo Digital

Art. 37. Poderá o Poder Executivo Municipal estabelecer Base Municipal de Serviços públicos, que reunirá informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos.

Parágrafo único. O Município de ALVARENGA/MG poderá seguir os formatos e padrões adotados na Base Nacional de Serviços Públicos.

Art. 38. O painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos de que trata o inciso II do caput do art. 8º deste decreto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, para cada serviço público ofertado:

- I. Quantidade de solicitações em andamento e concluídas anualmente;
- II. Tempo médio de atendimento; e
- III. Grau de satisfação dos usuários.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada interoperabilidade e padronização mínima do painel a que se refere o caput deste artigo, de modo a permitir a comparação entre as avaliações e os desempenhos dos serviços públicos prestados por diversos entes.

Art. 39. O Poder Executivo municipal observará os padrões nacionais para as soluções previstas nesta Seção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

CAPÍTULO VI

DOS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO

Art. 40. Os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos a participação e a colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da Administração Pública.

Art. 41. Os laboratórios de inovação terão como diretrizes:

- I. Colaboração interinstitucional e com a sociedade;
- II. Promoção e experimentação de tecnologias abertas e livres;
- III. Uso de práticas de desenvolvimento e prototipação de softwares e de métodos ágeis para formulação e implementação de políticas públicas;
- IV. Foco na sociedade e no cidadão;
- V. Fomento à participação social e a transparência pública;
- VI. Incentivo à inovação;
- VII. Apoio ao empreendedorismo inovador e fomento à ecossistema de inovação tecnológica direcionado ao setor público;
- VIII. Apoio a políticas públicas orientadas por dados e com base em evidências, a fim de subsidiar a tomada de decisão e de melhorar a gestão pública;
- IX. Estímulo a participação de servidores, de estagiários e de colaboradores em suas atividades;
- X. Difusão de conhecimento no âmbito da administração pública.

CAPÍTULO VII

DA GOVERNANÇA, DA GESTÃO DE RISCOS E DO CONTROLE

Art. 42. Caberá à autoridade competente dos órgãos e das entidades, observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança, em consonância com a Lei Federal nº 14.129, de 2021.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança referidos no caput deste artigo incluirão, no mínimo:

- I. Formas de acompanhamento de resultados;
- II. Soluções para a melhoria do desempenho das organizações;
- III. Instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Art. 43. Os órgãos e as entidades a que se refere o art. 1º deste decreto deverão estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e de controle interno com vistas a identificação, a avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e a análise crítica de riscos da prestação digital de serviços públicos que possam impactar a consecução dos objetivos da organização no cumprimento de sua missão institucional e na proteção dos usuários, observados os seguintes princípios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

CNPJ: 19.770.288/0001-01 - PRAÇA PREFEITO JOSÉ CARLOS MARTINS, 30
CENTRO - CEP: 35.249-000 - ALVARENGA - MINAS GERAIS - BRASIL.

(33) 4042-9880 (33) 9 9810-7928

- I. Integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, as atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;
- II. Estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de modo a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício; utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio a melhoria contínua do desempenho e dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle;
- III. Proteção às liberdades civis e aos direitos fundamentais.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

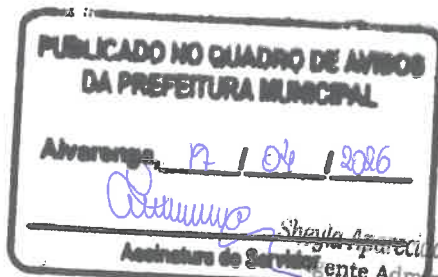
Art. 44. O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pelo governo, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários, nos termos da Lei.

Art. 45. O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pelo município, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários, nos termos do decreto.

Art. 46. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Em ALVARENGA (MG), em 17 de Abril de 2026.



GERALDO FELÍCIO JÚNIOR

Prefeito Municipal

Geraldo Felício Junior
040.539.816-62
Prefeito Municipal
Alvarenga - MG

Sheyla Aparecida dos Santos
Assinatura de Servidor Público Administrativo
CPF 121.137.226-07